

Ajuste de Contas

A reconciliação simbólica da Alemanha com as vítimas do trabalho escravo da tirania nazista durou menos de um mês. No apagar das luzes do século XX e 54 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o chanceler (primeiro ministro) Gerhard Schröder anunciara a criação de um fundo equivalente a R\$ 10 bilhões. "É uma pequena contribuição" para minorar os sofrimentos de um milhão de sobreviventes, discursou ele durante a assinatura de Berlim de um acordo com os EUA, que praticamente obrigaram Schröder a dar esse passo. No documento, Washington promete empenhar-se para que as empresas alemãs não sejam processadas nos tribunais americanos.

Mas no último dia 10, sem a pompa presente nos eventos oficiais, membros de oito entidades que representam sobreviventes abandonaram irritados o Ministério das Finanças em Bonn. A audiência que marcaria a participação dos atingidos na elaboração do anteprojeto de lei, a ser enviado ao Bundestag (Parlamento), na prática não aconteceu. "Só fomos ouvidos porque existe essa obrigação. Mas não se discutiu nada", criticou Lothar Evers, da Associação do Perseguidos pelo nazismo. Razões para isso não faltam. O esboço que foi apresentado na reunião ministerial da Quarta-feira 19 não foi alterado. Schröder escolheu um cronograma puxado: fechar um acordo com os líderes do Partido Verde, sócio na coligação governista, e remeter o projeto ao Parlamento já no início de fevereiro.

"Assim não será possível atingir a segurança jurídica que as empresas exigem contra futuras reclamações", adverte um comunicado conjunto dos advogados das vítimas. De fato, o anteprojeto é um terreno minado para os sobreviventes dos campos de concentração. Eles terão apenas seis meses após a promulgação da lei para formalizar suas reivindicações. Pouco tempo, se comparado aos 12 meses concedidos aos desertores da Wehrmacht (o Exército nazista). O maior obstáculo, contudo, é a cláusula que obriga o interessado a apresentar documentos que comprovem a sua antiga condição de escravo ou de deportado. Kurt Goldenstein, 85 anos, não esconde a sua indignação: "O único documento que prova que trabalhei dois anos nos porões de Auschwitz é um número tatuado no meu braço".

O anteprojeto de lei também cristaliza as disparidades existentes. De um lado, estão os ex-escravos, em sua maioria judeus morando nos EUA, na Europa Ocidental e em Israel. Eles receberiam individualmente em torno de R\$ 20 mil. Já os antigos deportados ficariam com R\$ 6 mil. Cerca de 85% destes são cidadãos da Ucrânia, Rússia, Polônia, República Tcheca ou Belarus, até hoje praticamente esquecidos. Nem todos os grupos sentem-se atendidos. Somente depois de intermináveis discussões, os ciganos conseguiram um assentamento no concelho da futura fundação.

Fundos insuficientes- Outra cláusula determina que a pessoa inicialmente receberá 30% da indenização total. Pelo anteprojeto, o resto será pago "após a conclusão dos cálculos de todos os requerimentos aceitos, desde que ainda existam recursos dentro dos limites existentes". Logo, se aparecer mais de um milhão de reivindicações, os R\$ 10 bilhões do fundo não serão suficientes. Portanto, os 70% poderão virar 60% ou apenas 20%. Em troca da incerteza do valor global da reparação a receber, eles devem abrir mão antecipadamente de qualquer futura ação judicial. Os advogados que representam ex-escravos e antigos deportados rejeitam esta exigência. A margem de negociação diminui com o tempo, pois a maioria dos clientes tem acima de 70 anos e precisa do dinheiro para viver.

Para as empresas, contra as quais correm processos na Alemanha e nos EUA, o acordo é um excelente negócio. Dos R\$ 10 bilhões que serão pagos aos sobreviventes, elas bancarão formalmente a metade. Contudo, como esse recursos poderão ser abatidos do Imposto de Renda incidente sobre o lucro, elas acabarão desembolsando de fato em torno de R\$ 3,5 bilhões. Cerca de 110 conglomerados-entre eles empresas que operam no Brasil, como Daimler-Chrysler, Degussa, Mannesmann e Siemens- criaram sua própria entidade, a Stiftunginitiative, que garante R\$ 2 bilhões. O problema agora é arrebatar os R\$ 3 bilhões que faltam entre os empresários de médio porte, que dependem menos dos negócios no Exterior. Os membros da Stiftunginitiative, tropeçam num muro de silêncio e de recusas. Procurado por ISTOÉ, o porta-voz da entidade, Wolfgang Gibowski, não quis antecipar qual é a estratégia para convencer os empresários a contribuir com R\$ 3 bilhões até julho próximo, quando os pagamentos começarão a ser efetuados. "Cada firma poderia contribuir com 0,1% ou 0,2% do seu faturamento", limitou-se a dizer Gibowski. O comportamento das empresas de porte médio não deveria causar espanto. Afinal, os grandes grupos que hoje participam da Stiftunginitiative fizeram o mesmo até o início do ano passado. "Chega uma hora em que elas percebem que não dá mais para evitar danos aos negócios no Exterior", disse a ISTOÉ o diretor jurídico da Confederação Alemã da Indústria (BDI), a Friedrich Kretschmer. O argumento de que os membros da fundação seriam poupados de futuras reclamações jurídicas nos EUA pouco pesa para os empresários mais voltados para o mercado interno ou europeu.

A exceção da Volks- A Volkswagen constitui uma exceção no cenário empresarial. Ainda em setembro de 1998, ela criou a sua própria fundação. Na época, Gerhard Schröder, governador da Baixa Saxônia, Estado que é o maior acionista da VW, já anunciara que, se eleito chanceler, iria mudar a postura do governo alemão. "Não podíamos esperar que o governo convencesse todas as empresas envolvidas a formar um fundo comum. As vítimas precisam de ajuda imediata", disse a ISTOÉ o secretário-executivo do poderoso Conselho de Trabalhadores da empresa, Hans Jürgen Uhl. Com assento no Conselho Fiscal da Volkswagen, o Conselho de Trabalhadores pressionou durante anos acionistas e executivos. Por outro lado, graças a essa insistência, o programa de treinamento de novos empregados da empresa inclui uma visita ao campo de concentração de Auschwitz, na Polônia.

A revisão do passado não é uma tarefa restrita à Alemanha, afirma o secretário-geral do Conselho dos Trabalhadores da Volkswagen. "Eu desconheço soluções políticas para reparar erros do passado em outras sociedades. Por exemplo, a responsabilidade da Igreja Católica na chamada conquista da América Latina, da esquerda na criação e manutenção dos campos de concentração soviéticos e o papel dos empresários na ditadura militar brasileira dos anos 60-80", disse Uhl.

A Zona do Cais

O porto de Santos (SP), o maior da América Latina, é uma das áreas onde atua hoje o crime organizado, através do roubo de cargas, tráfico de drogas, contrabando e prostituição. Por isso, Santos é um dos próximos alvos de investigações da CPI do Narcotráfico. Ali, são roubados e desviados grandes números de contêineres com armas, computadores, aparelhos de som e objetos diversos. A maioria dos roubos nem chega a ser registrada. Em diversos casos, porém, inquéritos estão em andamento para apurar responsabilidades. Esses crimes são praticados pelos chamados *piratas*, ladrões audaciosos e aventureiros que atacam navios, retiram a carga valiosa e somem misteriosamente a bordo de barcos modernos e velozes. É ilusório, porém, imaginar que os piratas agem sempre de maneira tão corajosa e arriscada, tal como mostram os filmes de aventura nas telas de cinema. Atualmente, os desvios de contêineres- que chegam a ter 12 metros de comprimento por dois metros de altura- e também o tráfico e o contrabando estão sendo feitos pela porta da frente, às claras.

Não é exagero. O porto tornou-se terra de ninguém. Se quiser, qualquer pessoa pode entrar ou sair do cais, de armazéns e terminais ou ainda incadir navios sem ser barrado ou revistado. A reportagem de ISTOÉ entrou livremente, inclusive, no terminal de líquidos inflamáveis da Alemoa, onde ficam os gigantescos tanques de gasolina da Petrobras e são armazenados outros produtos como álcool, querosene, gás de cozinha e acetona. "Se alguém riscar um palito de fósforo ali ou ascender um cigarro, boa parte da Baixada Santista pode ir pelos ares", diz Edson Félix dos Santos, tesoureiro do Sindicato dos trabalhadores da Administração Portuária. Afinal, dutos subaquáticos transportam dali os produtos para a refinaria da Petrobras na vizinha Cubatão, para empresas de gás e para a Ilha Barnabé, nas proximidades. Numa explosão, as chamas se espalhariam por toda essa área.

Desmandos- Mesmo diante desse risco, apenas um guarda fazia a vigilância no portão de entrada do terminal da Alemoa, quando a reportagem entrou normalmente, sem que ninguém pedisse se quer identificação. Até há pouco tempo, oito guardas garantiram a segurança naquela área, segundo funcionários. Todos eram revistados. Isqueiros, fósforos e outros objetos que produzem faísca eram deixados na portaria. Essa exigência agora, aparentemente, não está sendo feita. Também sem dificuldade, a reportagem entrou no navio Sable Bay, de bandeira panamenha, no qual era embarcado um carregamento de laranja. A reportagem passou livremente pelo portão do Cais do Saboó, alcançou navio e fotografou o seu interior, sem ser barrada. Havia um único guarda no local. Em meio ao movimento de embarque e desembarque, é impossível a qualquer um deles, sozinho, garantir a fiscalização.

A falha também se repetiu à noite, no cais do armazém 15. A reportagem entrou no navio Zara, de bandeira da Libéria, quando era feito o desembarque de uma carga de trigo. Por volta da meia-noite, restavam poucas pessoas no navio. Ali, em território considerado estrangeiro, qualquer um poderia invadir camarotes, furtar ou assaltar tripulantes e sabotar o navio. Ainda receber ou entregar drogas e fugir para o Exterior, viajando clandestinamente. ISTOÉ também comprovou o livre trânsito de prostitutas em área interna do porto, no terminal açucareiro. Isso é uma coisa comum, mas só do lado de fora. "Nunca tive problema aqui", diz Verônica, 40 anos, ex-balconista, que cobra R\$ 20 por um programa, na cabine de caminhões. Algumas mulheres têm conseguido, segundo denúncias, credenciais para entrar nos navios, compradas por até R\$ 3 mil. Oficialmente, elas ofereceriam serviços de aluguel de telefone celular para tripulantes. Prostitutas "de luxo" chegam de carro, entram nos navios e só saem do dia seguinte.

Os desmandos no porto acontecem porque existe conivência de policiais, fiscais da receita e funcionários. Do contrário, seria impossível desaparecer contêineres gigantescos. Às vezes, os próprios importadores "dão a ficha" para que levem a

carga- comprada depois por um valor menor- a fim de receberem o seguro. Funcionários de agências de importação também avisam o dia e a hora de chegada de carga, que é desviada após ser requisitada para checagem de peso. Há três anos, sumiram seis contêineres carregados de aparelhos eletrônicos e pneus de bicicleta no terminal de Conceiçãozinha. Até hoje, o caso não foi esclarecido. Um deles foi encontrado vazio num bairro do Guarujá e outro em Barueri, na Grande São Paulo.

Mudanças- Mas a razão principal apontada pelos próprios trabalhadores para a facilidade dos roubos é o fato de a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), empresa que administra o porto, ter diminuído o contingente de guardas para garantir a fiscalização. Eles já chegaram a um total de 700. Hoje, são em torno de 150. Vigias de empresas particulares, que não são treinados e preparados pela Capitania dos Portos- como os protuários-, começam a ocupar parte dos cargos. A Codesp diz ser um fato normal, porque 75% da área do porto está sendo passada para a iniciativa privada. Membros da própria Guarda Portuária também teriam interesses nessa mudança. Uma das empresas de segurança contratada, a Tática Operacional, seria de propriedade de Getúlio Marçal de Oliveira, ex-coordenador da Guarda Portuária e funcionário da Codesp, e estaria funcionando sem cumprir as normas exigidas pelo Ministério da Justiça. Oliveira é ligado ao comandante da Guarda, Percival de Araújo Costa. A Codesp, através de sua assessoria, não confirmou a informação, mas disse que, caso o funcionário Getúlio atue em outra empresa fora de seu horário de serviço, não há nada de errado. Ainda segundo a assessoria da Codesp "é muito difícil entrar em áreas de risco como o terminal da Alemoa" e o porto hoje não tem "nenhum local de vigilância". Deve estar falando de outro porto.

A N.º 1 do Brasil

Quase quarentona, metade do tempo vivido nos anos chumbo, quando mais de 200 professores foram cortados, a Universidade de Brasília conquistou mais do que liberdade nos últimos 15 anos. Conquistou respeito, entrando o ano 2000 como a melhor universidade do País. Faixas espalhadas pelo campus estampam esse orgulho: "Sorria, você está na UnB. A universidade nota A"- uma referência aos resultados do último Exame Nacional de Cursos, o provão, sistema criado pelo Ministério da Educação para avaliar o ensino superior. Alçada ao topo do ranking das melhores instituições de ensino de graduação do Brasil, com 90% dos cursos examinados com nota A- performance melhor que a de gigantes como a USP (Universidade de São Paulo) e a Unicamp (Universidade de Campinas), a UnB é hoje uma fórmula de sucesso, que mistura professores qualificados com um modelo gerencial que permite sobreviver- e até crescer- em meio à escassez de recursos públicos.

No ano passado, vieram da União insuficientes R\$ 140 milhões- um modesto 11º lugar no ranking dos repasses para as universidades públicas. O milagre da multiplicação veio com a realização de cursos públicos, treinamento pessoal para empresas, venda de projetos de engenharia e informática, entre tantas formas criativas feitas a cada dia para trazer dinheiro para a universidade. Com isso, o orçamento da UnB em 1999 foi esticado para R\$ 200 milhões, o que significa que ela consegue, com uma verba gerada dentro de casa, cobrir 25% de seus gastos. Foram R\$ 50 milhões de recursos próprios e outros R\$ 10 milhões conseguidos através de convênios. Mil pessoas trabalham hoje no campus contratados com verba própria.

Criada em 1961 pelos educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, a UnB é hoje uma holding encabeçada por uma fundação e que tem entre seus braços um hospital que atende 30 mil pessoas por mês, uma editora e até uma fazenda com 26,8 milhões de metros quadrados. A universidade tem também uma fábrica de material de limpeza, que produz sabões, ceras e detergentes, e outra de móveis, que faz mesas, estantes e cadeiras. A UnB é ainda uma marca. Já existem 53 lojas vendendo os mais variados produtos da universidade. "Algumas autoridades imaginam: se eles conseguiram gerar recursos e aliviar os cofres públicos, não precisamos mais mandar dinheiro. Não é por aí. Uma universidade pública que precisa gerar mais do que 30% dos seus recursos não é mais universidade, é empresa", afirma o reitor da UnB, professor Lauro Morhy.

Criticado por estar "privatizando" a UnB ao vender patrimônio e fazer parcerias com quem tem recursos, Morhy, há dois anos no cargo, diz que, ao contrário, está "publicizando o privado". Seguindo o exemplo de seus antecessores, Morhy desencadeou uma onda de parcerias com empresas privadas nacionais e multinacionais. São mais de 700 projetos, que ajudam a construir laboratórios e obter equipamentos que, se dependessem da União, a universidade jamais teria. Um desses projetos prevê a construção de um complexo de cinco prédios para abrigar todos os 292 laboratórios da pesquisa. Está quase pronta, também dentro do campus, uma escola de culinária que pode se tornar uma das melhores do mundo. Em parceria com o Le Cordon Bleu, a academia de arte culinária de Paris, a UnB vai criar o Instituto Gastronômico Brasileiro, importando chefs para oferecer cursos de gerenciamento e culinária profissional. "Se dependesse do MEC, o departamento já teria fechado", afirma o professor Francisco Assis de Oliveira Nascimento, chefe do Departamento de Engenharia Elétrica, nota A no provão. A Elétrica teve no ano

passado orçamento de R\$ 200 mil. Nada menos que R\$ 195 mil foram gerados internamente, com cursos de especialização para indústrias e agências do próprio governo. Convênios com multinacionais também têm permitido reaparelhar e construir novos laboratórios seu um centavo de dinheiro público. Em um convênio com a IBM no valor de uma rede comunicação de alta velocidade, o departamento recebeu, em vez de dinheiro, computadores de última geração. "Falta dinheiro, sobra imaginação", diz o professor José Camargo da Costa, da Engenharia Civil. Uma dessas fontes criativas de recursos é a "imobiliária UnB".

Quando foi criada, a universidade ganhou 100 projeções em áreas nobres da cidade. Uma série de parcerias com grandes construtoras transformou parte desses terrenos em 885 apartamentos, 46 lotes, 171 salas e lojas comerciais e 2 prédios inteiros. E ainda restam 40 projeções, no valor de R\$ 100 milhões. A maioria dos apartamentos é hoje ocupada por professores, com aluguel abaixo do preço de mercado, uma política que beneficia 500 pessoas e diminuiu a evasão de mestres e doutores, que antes preferiam ouvir o canto da sereia de outras universidades e empresas privadas. "Não existe o ovo de Colombo ou receita de sucesso", afirma o professor Fernando Neves, decano de Ensino de Graduação. "só muito trabalho".

Artigos: Revista ISTOÉ nº 1582 - 26/01/00